

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	17
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais produtos produzidos pela Cristal Pigmentos do Brasil SA e sua subsidiária, a Cristal Mineração, são os pigmentos a base de Dióxido de Titânio, e os minérios, Zirconita, Rutilo e Ilmenita. Estes produtos, uma vez transformados, são utilizados principalmente pelas indústrias de Tintas, Construção Civil, Automobilística, Plásticos e Máquinas & Equipamentos. Os mencionados setores, historicamente, acompanham ou excedem a evolução do PIB do país. Portanto, são mercados sólidos e pouco voláteis com risco mínimo.

A Cristal Pigmentos não tem capacidade de produção suficiente para atender a demanda nacional e mantém uma participação no mercado de pigmentos entre 30 e 40%, a depender da demanda total em cada ano. Para os minérios, a participação pode variar de 50% até próximo dos 100%, no caso particular da Ilmenita. O restante da demanda de ambas as linhas de produtos é abastecida por provedores Internacionais com produtos cujas importações sofrem com os riscos relativos à exposição cambial, financiamento, ineficiências logísticas, etc... .

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Portanto, a Cristal, como único produtor nacional dos pigmentos a base Dióxido de Titânio, e detendo mais de 90% da produção dos minérios aos quais a empresa se dedica, os riscos de mercado são associados mais a fatores externos do que aos internos. A situação de excesso de estoques de produtos concorrentes na Europa, Ásia e Norte América, e a necessidade de nossos concorrentes em equilibrar seus fluxos de caixa, podem aumentar expressivamente a oferta de produtos e, conseqüentemente, pressionar os preços para baixo. Ainda, políticas governamentais de incentivo, de energia, das tarifas administradas, de câmbio e juros também tem um peso relativo na competitividade da indústria nacional. Desta forma, com base nas oscilações e volatilidades vividas, particularmente nos anos de 2009, 2012 e 2013, concluímos que os resultados da companhia sofrem um risco moderado-alto tanto no que tange a volumes quanto a preços.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de Gerenciamento**

Dentro do cenário Industrial de risco em que atuamos no Brasil, a política de gerenciamento de nossas operações envolve ações de planejamento dos volumes dos diversos produtos direcionados ao mix “conta-cliente-mercado”, tanto de curtíssimo como de longo prazo, e, ainda, análises frente às oportunidades de exportação, buscando otimizar a alocação de volume ao melhor mix de preços e valor possível, dentro de uma política estratégica sustentável de longo prazo. Além disto, existe um pequeno número de clientes, líderes nos setores em que atuam e com consumo expressivo, ao quais dedicamos uma parcela de nossa produção dentro de um critério de "baseload" - alguns destes, inclusive, com contratos Internacionais com a Cristal, controladora majoritária da Cristal-BR.

#BASELOAD: Cliente de grande porte que, sob contrato ou não, adquire volumes razoavelmente importantes e de forma constante – o produtor, por sua vez, ganha em previsibilidade, com benefícios para a manufatura e caixa da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Alterações Significativas

Não há alterações significativas vivenciadas em história recente na comercialização de nossos produtos, incluindo aqui o ano de 2013. Os ciclos econômicos, incluindo os eventuais cenários de crise como o de 2008/2009, tem os seus efeitos plenamente conhecidos e, sendo assim, bastante previsíveis. Ainda sobre o cenário ao final de 2008, quando houve o ajuste dramático nos estoques das cadeias produtivas às quais servimos, o impacto negativo sobre as vendas da Cristal-BR se restringiu a poucos meses. Este fato reforça o conceito mencionado de mercado, pois mesmo sob condições econômicas extremamente adversas, observamos interesse e ações de Governo na defesa dos mercados e empregos das Indústrias a jusante, traduzidos por estímulos especiais (crédito, exoneração fiscal, etc...). Em suma, nos casos de desafios relativos à conjuntura global, aperto de caixa e contração da demanda, a reação da companhia a tais situações tem sido satisfatória.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nas notas anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições Financeiras e Patrimonial

Cenário Econômico

A economia brasileira avançou 2,3% em 2013, acima do avanço de 1% no ano anterior. No quarto trimestre de 2013, o PIB cresceu 0,7%, depois de ter recuado 0,5% nos três meses anteriores. Para 2014 a perspectiva de crescimento foi revisada para baixo e espera-se um PIB em torno de 1,9%. Os principais fatores são a expectativa de um consumo interno mais fraco, decorrente de uma disponibilidade de crédito mais escassa e redução do nível de confiança do consumidor. *(fonte: valor econômico, 25 de fevereiro 2014).*

Desempenho da Companhia

A produção de Dióxido de Titânio da Companhia em 2013 foi 6,3% maior quando comparada com a de 2012. Este aumento do volume de produção deve-se à expectativa de retomada da demanda por produto, a melhor confiabilidade da planta e a maior disponibilidade de alguns insumos básicos.

O custo de produção unitário foi 4,1% maior que em 2012. Este aumento deve-se principalmente ao aumento de preço das matérias primas utilizadas no processo produtivo do TiO₂, além disso a desvalorização do real provocou um aumento no custo das matérias-primas cotadas em dólar..

O custo de produção também sofreu impacto devido ao aumento de preço de contratos de prestação de serviços em torno de 11% comparado com o ano anterior e o reajuste da folha de pagamento aumento de 8% ref. a acordo coletivo da categoria, 1,9% acima da infração do período. Por outro lado o aumento do volume produzido contribuiu para diluição dos seus custos fixos no custo total dos produtos acabados.

O volume de vendas de Dióxido de Titânio no acumulado do ano fechou com uma redução de 5,08%, quando comparado ao volume vendido no ano anterior, enquanto a demanda brasileira apresentou um crescimento aparente de 2,8%. No âmbito mundial, a recuperação da demanda por Dióxido de Titânio seguiu firme e estável. No entanto, no Brasil, nossos clientes reportaram uma certa volatilidade na demanda por seus produtos ao longo do ano - como para estes produtos o Dióxido de Titânio é matéria-prima relevante, este comportamento de mercado alterou o padrão histórico e sazonal da demanda pelo pigmento em 2013. *(fonte: Inteligência de Mercado – Cristal)*

No último semestre do ano, além dos efeitos da mencionada volatilidade dos mercados finais, sentimos uma queda relevante nas vendas de nosso pigmento causada pela excessiva oferta de produtos importados, principalmente os de origem chinesa. Esta oferta foi estimulada pela redução temporária da alíquota do imposto de importação de 12% para 2%, a qual teve a sua vigência estabelecida por 6 meses pelo Governo Federal, com efeito prático entre os meses de Junho e Novembro – o benefício do imposto, mesmo que limitado a uma cota em volume de 47.000 toneladas, foi decisivo para a perda de nossa participação no mercado. No balanço final,

os consumidores de Dióxido de Titânio importaram um volume significativamente maior em 2012, de 11% sobre o volume de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A consequência da volatilidade de mercado associada aos efeitos da decisão governamental, além da retração das vendas, refletiu em nossos estoques de pigmentos. Encerramos 2013 com estoques 29% acima dos do ano anterior. Para o quarto trimestre, fechamos com estoque para cerca de 60 dias de vendas futuras, contra os 30 dias médios do trimestre anterior.

Com relação aos preços dos pigmentos, podemos comentar que a produção mundial da indústria foi mantida abaixo dos níveis históricos por todo o ano e, com as vendas em recuperação, o nível estimado dos estoques globais da indústria parece estar muito próximo ao equilíbrio. Com um melhor equilíbrio entre oferta e demanda, os preços deste quarto trimestre se estabilizaram em relação aos do terceiro, após vários trimestres de queda.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

Resultado do Exercício

A receita líquida em 2013 da Controladora reduziu 14,43% (10,7% consolidado) em relação à receita líquida do exercício anterior devido principalmente a diminuição do preço médio de venda por tonelada em moeda local do pigmento, que foi de 10,35%, enquanto que no setor de mineração houve ainda uma redução de 55,97% no preço médio da Zirconita, quando comparados com os preços médios do ano de 2012. Por outro lado, conforme mencionado anteriormente, a Companhia reduziu o volume de vendas de Dióxido de Titânio em 5,04% e aumento do volume de vendas de Zirconita em 72,7% quando comparado com o do ano de 2012.

Os custos de produção por tonelada de pigmento, em moeda corrente, foram 4,7% superiores aos do exercício anterior, resultado do aumento de preço de matérias-primas como a Escória de Titânio, matérias-primas cotadas em dólar, além de aumento no preço dos contratos de prestação de serviços em torno de 11%, impactados pelos reajustes salariais concedidos a categoria destes prestadores e reajuste na folha de pagamento de 8% conf. acordo coletivo da categoria.

A alteração dos critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e para cálculo da depreciação atendendo a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, levou a Companhia a reconhecer em 2010 o valor de R\$ 17.625 mil referente à aceleração da depreciação dos itens do seu ativo imobilizado, de acordo com a utilização das taxas de depreciação globalmente aceitas e aprovadas pelo grupo interno de engenharia de produção. Em 2013 a depreciação foi de R\$ 30.239 mil (R\$ 30.068 mil em 2012).

A Companhia apurou provisão de *Impairment* com base no seu valor justo para a sua Unidade de Ácido Sulfúrico, paralisada desde dezembro de 2008, em função de não haver perspectivas de reativação. O efeito dessa provisão gerou uma despesa de R\$ 10.038 mil no resultado de 2010.

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 764, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. No ano de 2013, as parcelas dilatadas foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 6.539, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R\$ 1.676 no exercício de 2013.

A Companhia possui ainda, fundamentada no Laudo Constitutivo nº. 0062/2008 de 20

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de maio de 2008, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito à redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração oriundo da fabricação de Dióxido de Titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano. O prazo deste incentivo é de 10 anos, vigente até o ano calendário de 2017. O benefício foi concedido levando em consideração a modernização da planta da Companhia.

A apreciação da cotação do dólar norte-americano em relação ao real quando comparando dezembro de 2013 com dezembro de 2012, provocou um efeito positivo no endividamento constituído em moeda estrangeira, totalizando uma variação cambial negativa líquida de R\$ 474 mil em 2013.

Em virtude do exposto nos parágrafos acima, o resultado da Companhia, que em 2012 foi de lucro de R\$ 50.118 mil, passou a um lucro de R\$ 11.514 mil no ano de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que determinados eventos tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados**

(a) Comentários sobre os efeitos relevantes que a introdução ou a alienação de segmento operacional tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia possui prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$ 51.252 (2012 – R\$ 41.420). No entanto, com base na Instrução CVM 371, mantém registrado apenas o montante de R\$ 26.737 (2012 – R\$ 20.736), tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributários futuros. A Controlada possui imposto diferido ativo no montante de R\$ 17.600 em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$ 12.765) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão constituída para recuperação da mina.

(b) Comentários sobre os efeitos relevantes que a constituição, a aquisição ou a alienação de participação societária tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados
Não Há

(c) Comentários sobre os efeitos relevantes que eventos ou operações não usuais tenham causado ou venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(i) ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 764, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. Sobre o saldo devedor postergado incidem encargos financeiros equivalentes 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ao ano e, em caso de antecipação dos valores devidos, a Companhia poderá receber um desconto de até 80% do saldo do ICMS cujo prazo de pagamento foi dilatado. No ano de 2013, as parcelas dilatadas vincendas em 2014 foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 6.539, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R\$ 1.676 no exercício de 2013 (2012 – R\$ 2.174).

(ii) ICMS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – FAIN

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

O Estado da Paraíba, através do Decreto nº 17.252/1994 constituiu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que tem por finalidade a concessão de incentivos para investimento industrial no Estado. A controlada, através da Resolução 014/2001 se enquadrando no programa e hoje goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor deste incentivo foi de R\$ 4.747 (2012 – R\$ 4.842) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica Impostos incidentes sobre vendas.

15. Impostos, taxas e contribuições--Continuação**(b) Parcelamento de tributos federais**

A Companhia aderiu ao parcelamento instruído pela Lei nº 11.941/09, e em 2011 houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destaca-se: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização de saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro na liquidação das multas e juros.

Resumo da consolidação:

Finsocial – execução fiscal	13.190
Tributos previdenciários	3.519
Outros tributos federais	2.769
Redução / desconto na consolidação	(5.376)
Compensação com prejuízos fiscais (Nota 10)	(7.659)
Valor consolidado	6.443
Atualização do parcelamento	1.307
Pagamento do parcelamento	(281)
Saldos em 01 de janeiro de 2012	7.469
Atualização do parcelamento	402
Pagamento do parcelamento	(650)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.221
Atualização do parcelamento	244
Pagamento do parcelamento	(477)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.988
Circulante	604
Não circulante	6.384

A distribuição por ano de vencimento das dívidas do não circulante é a seguinte:

Ano	2013	2012
2014	-	614
2015	627	614

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

2016	627	614
2017	627	614
2018	627	614
2019 em diante	3.876	3.548
	6.384	6.618

15. Impostos, taxas e contribuições--Continuação**(c) Medida provisória 627/2013**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

15. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	4.934	5.171	5.256	5.492
Cíveis	-	250	427	677
Ambientais	1.253	1.387	1.253	1.387
Tributárias	-	-	3.687	-
	6.187	6.808	10.623	7.556
Circulante	753	387	753	387
Não circulante	5.434	6.421	9.870	7.169
Depósitos judiciais:				
Relacionados às provisões	(3.782)	(3.150)	(4.460)	(3.328)

16. Provisões--Continuação

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.662	1.614	250	-	7.526
Adições	624	-	-	-	624
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	-	(1.298)
Baixas por reversão	(44)	-	-	-	(44)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.171	1.387	250	-	6.808
Adições	226	-	-	-	226
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)	-	(847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.934	1.253	-	-	6.187
	Consolidado				
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

				-	8.050
Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.759	1.614	677	-	940
Adições	940	-	-	-	(1.298)
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	-	(136)
Baixas por reversão	(136)	-	-	-	7.556
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.492	1.387	677	3.687	3.914
Adições	227	-	-	-	(847)
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.256	1.253	427	3.687	10.623

(a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

(b) A Companhia vem incorrendo em desembolsos relacionados aos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. A Companhia estimou os desembolsos ligados a tais atividades e, em 31 de dezembro de 2013, mantém provisionado o montante de R\$ 1.253 (2012 - R\$ 1.387), dos quais R\$ 753 (2012 - R\$ 387) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2013.

(c) O DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a Controlada referente a divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face deste processo, a Controlada constituiu provisão no montante de R\$ 3.687.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como não sendo de probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2013 e 2012, para as quais nenhuma provisão foi constituída. As principais causas referem-se à:

16. Provisões--Continuação

(d) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 01 de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002, foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Presentemente, aguarda-se a conclusão do julgamento pelo STF de novos embargos de declaração, desta vez interpostos pelo Sindicato Profissional, em 21 de março de 2003, com vistas a obter a prevalência da Cláusula Quarta. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que há possibilidade de manutenção da invalidade da Cláusula Quarta, não obstante algumas empresas já terem efetuado acordo com o sindicato e já terem sido proferidos dois votos favoráveis ao recurso do Sindicato dos Trabalhadores. Adicionalmente, a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

(d) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendendo que o desfecho da ação será favorável aos interesses do Sindicato Patronal, não registrou provisão para perda em relação a esta causa. Os valores envolvidos não foram divulgados considerando a impossibilidade de mensurá-los.

(e) Auto de Infração de ICMS

A Companhia possui Auto de Infração, de nº 3.126.579-0, no montante de R\$ 7.900, lavrado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em virtude do suposto não pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008, julgado parcialmente improcedente e cujo montante foi reduzido para R\$ 5.595. Posteriormente foi interposto o recurso para instância administrativa superior. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera perdas para esse processo e, portanto, não constituiu provisão em seus registros contábeis em relação a esse assunto.

A controlada possui o Auto de Infração, no montante de R\$ 38.000, lavrado pela Secretaria de Estado da Receita do Estado da Paraíba, em razão da transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada, visto que as autoridades fiscais entenderam que neste tipo de operação existe a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS").

16. Provisões--Continuação

(e) Auto de Infração de ICMS--Continuação

Esse Auto de Infração foi julgado procedente pelo Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba. Posteriormente, foi ajuizada Ação Anulatória perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, tendo sido concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade da dívida. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera que o desfecho seja desfavorável à Companhia e, portanto, não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(f) Garantias**

Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia ofereceu itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$ 20.539 (2012 – R\$ 20.343).

17. Gastos para recuperação da mina

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais foram capitalizados quando do início das atividades de lavra (Nota 12). A controlada gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. A controlada desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

Em 2013 a Controlada contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas, o que gerou uma atualização dos gastos necessários para recomposição do ambiente em decorrência do avanço da atividade extrativista e, consequentemente, um ajuste do saldo no montante de R\$ 5.486, o qual foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para recuperação e reflorestamento da área da mina é de R\$ 34.818 (2012 – R\$ 26.563). O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão, no montante de R\$ 2.769 (2012 – R\$ 2.415), foi registrado em contrapartida do custo de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB).

As presentes Demonstrações Financeiras foram autorizadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 24 de fevereiro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas Contábeis Críticas

Principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações está apresentada na Nota 6.

d) Contas a receber de clientes

São classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e estão apresentadas a valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Estoques**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**2.2. Principais práticas contábeis--Continuação**f) Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**2.2. Principais práticas contábeis--Continuação**h) Provisão para recuperação da mina

Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Tributação--Continuação

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

k) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

As subvenções estaduais são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das controladas como reserva de capital.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais da Bahia e da Paraíba. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Administração da Companhia entende ter direito a tais benefícios e vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução da questão nos tribunais e não acredita que incorrerá em perdas decorrentes deste assunto.

A Companhia goza do direito ao benefício de redução do imposto de renda, no percentual de 75% até o ano calendário de 2017 sobre o lucro da exploração decorrente da produção de dióxido de titânio, conforme mencionado na Nota 19 (b).

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; a provisão para recuperação da mina, o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

n) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****n) Instrumentos financeiros--Continuação**

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547/09 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

p) Benefícios pós emprego

A Companhia oferece aos seus empregados o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, administrado pelo Itaú Previdência e Seguros S.A. – Itauprev. Por ser um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes. A administração da Companhia avaliou e concluiu não haver efeitos relevantes decorrentes da aplicação das disposições previstas na Deliberação CVM 695/12.

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – Continuação**2.2. Principais práticas contábeis--Continuação****p) Demonstrações do valor adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

r) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através da diluição do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em razão da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Controles Internos**

a e b. A Ernst & Young Terco, auditora independente da Companhia, realizou os trabalhos de auditoria dos controles internos elaborado em conexão com o exame das Df's em 31 de dezembro de 2013, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

A administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativa e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Considerando os trabalhos realizados pelos auditores independentes para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia atualmente não tem conhecimento de fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos sobre a divulgação das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.6. Destinação de recursos de ofertas públicas.**

A Cristal, controladora indireta da Companhia, apresentou à CVM, em 16 de dezembro de 2010, novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") por alienação do controle indireto da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM no. 361/02.

O objeto da OPA corresponde às 7.942.076 (sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setenta e seis) ações ordinárias, em circulação no mercado, de emissão da Companhia, equivalentes a 0,98% do total das ações ordinárias, na medida em que estejam livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza, na data de liquidação financeira do leilão a ser realizado no âmbito da OPA. A CVM aprovou a oferta pública em 25 de maio de 2010, para a aquisição parcial de 18.197 ações ao preço de 0,20 que perfazem um total de R\$ 3.639,40 (em Reais).

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas DF's.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentário s/ itens não relevantes.

Não há nenhum item relevante não evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.